

## *Representações de germanidade no “Jornal Geral para o Professor”*

ISABEL CRISTINA ARENDT  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

### Introdução

Entre 1902 e 1938, professores e pastores atuantes na escola evangélico-luterana no Rio Grande do Sul, predominantemente alocados em meio urbano, constroem a representação do que deveria ser essa escola, seus professores, buscando torná-la instrumento do germanismo, valendo-se da imprensa, no caso, a *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul; Vereinsblatt des Deutschen Evangelischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul* (Jornal Geral para o Professor no RS, Boletim da Associação de Professores Alemães Evangélicos no Rio Grande do Sul) — ALZ. Seu público leitor era composto, especialmente, por professores das escolas privadas alemãs e comunitárias de confissão evangélico-luterana.

A edição desse jornal insere-se no contexto do início do século XX, no Rio Grande do Sul, quando ocorreu a criação de duas associações de professores de diferentes confissões religiosas: a católica e a evangélico-luterana. A primeira é a Associação de Professores Alemães-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul (*Deutschbrasilianischer Katholischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul*), que congregava professores paroquiais católicos, com o objetivo de promover o ensino e as escolas, bem como defender os interesses desses professores e elaborar material didático para suas escolas. A segunda é a Associação de Professores Alemães Evangélicos do Rio Grande do Sul (*Deutscher Evangelischer Lehrerverein von Rio Grande do Sul* — DELV), cuja finalidade era reunir professores atuantes em escolas teuto-brasileiras evangélicas, fomentando essas escolas e apoiando seus professores.

Verificamos que os redatores e articulistas do ALZ construía e enfatizavam, por um lado, a necessidade de essa escola oferecer uma formação para o exercício da cidadania brasileira, entendida como pertença ao estado brasileiro; e, por outro lado, enfatizavam imagens e representações em torno do que deveria ser a escola “teuto-brasileira”, pretendendo garantir que, por meio dessa escola, a população de imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul mantivesse a germanidade/*Deutschtum* (Arendt, 2005). No presente artigo, visamos apresentar o conceito de germanidade representado pelos editores e articulistas desse periódico, bem como abordar os elementos de diferenciação étnica por eles enfatizados. Mostramos, dessa forma, o quanto o ALZ estava afinado com as propostas do germanismo e acompanhava o debate ideológico em torno de conceitos-chave que norteavam as discussões dos germanistas no período.

A análise toma como princípio norteador o conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier, para quem representações podem ser entendidas como percepções do social, idéias que indicam o que os seus autores pensam que a sociedade é, ou como gostariam que fosse (Chartier, 1990:19). Segundo o autor, as representações do mundo social são construídas e “sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. E reforça:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990:17)

Outro conceito norteador é o de identidade étnica, baseado em Poutignat e Streiff-Fenart, para quem a etnicidade

[...] não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou grupos, mas como uma forma de organização ou como um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e situações. (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998:124-5)

De acordo com esses autores, a identidade étnica é mais dinâmica do que estática, passível de transformações e redefinições. Conforme Stuart Hall (2002) salienta em seus estudos, “a identidade é um lugar que se assume, a partir de determinada posição e contexto, e não uma essência ou uma substância a ser examinada”. Operamos, ainda, com os conceitos de gerenciamento e negociação

da identidade, respectivamente conforme Greverus (1981:223-32) e Lesser (2001). “Gerenciamento da identidade”, conforme Greverus, é entendido como uma forma de imposição através da qual determinados grupos utilizam características étnicas como demarcadores de diferenciação em relação a outros grupos, visando reafirmar a sua identidade (Greverus, 1981:223)<sup>1</sup>. Entendemos que, ao longo de seus quase quarenta anos de circulação, os redatores e articulistas do jornal ALZ gerenciam a identidade de seus leitores, impondo-lhes a germanidade e uma identidade específica de escola e professor. Em alguns períodos, porém, passam a negociá-la, valendo-se de estratégias de negociação, com o objetivo de manter o projeto de escola privada “alemã” e “evangélica”, baseada no fomento da germanidade e na formação da cidadania brasileira.

Desde meados do século XIX, o conceito “germanidade” passou a ter centralidade, vindo acompanhado de elementos demarcadores, expressos em representações e imagens construídas e enfatizadas na imprensa em língua alemã editada no Brasil (Grützmann, 2003a). Os sujeitos e autores dessas representações são alimentados pelas revoluções de 1848, pela entrada dos *Brummer* (1850) e pela fundação do Reino Alemão (1871). Manifestações de fomento à germanidade, porém, são mais intensas durante a I Guerra Mundial e durante as comemorações do primeiro centenário da imigração alemã. Aqui surgem com força, expressões que manifestam “sentimento étnico”. É por isso que no período entre guerras vamos encontrar as mais extremadas manifestações de exaltação da etnia, que culminarão nos anos posteriores à ascensão do nacional-socialismo ao poder (1933). Os esforços de Getúlio Vargas, na busca pela formação do estado nacional, provocarão negociação de identidade nacional (Lesser, 2001) por parte dos diversos grupos étnicos que compunham a sociedade brasileira.

Nesse contexto, movimentam-se os germanistas, valendo-se da imprensa em língua alemã no Brasil, para, antes da implantação da política nacionalizadora no Estado Novo, construir, demarcar e, sobretudo, gerenciar a identidade alemã, a germanidade/*Deutschtum*. No presente artigo, ocupamo-nos com as representações de germanidade veiculadas no ALZ. Antes, porém, apresentamos de que forma esse conceito vem sendo abordado pela historiografia.

### Germanismo e germanidade

A germanidade (*Deutschtum/Volkstum*) é uma das categorias centrais do germanismo, corrente de pensamento que se difundiu no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX e durante as primeiras quatro décadas do século

XX. Diversos autores ocuparam-se, recentemente, com o tema, no Brasil, dentre eles Seyferth (1982), Dreher (1984), Paiva (1984), Gertz (1987), Kreutz (1991), Magalhães (1993), Dickie (1996), Grützmann (1999), Meyer (2000) e Gans (2004). Antes de 1945, somente Emilio Willems (1940) ofereceu estudo que mereça ser levado em conta.

As raízes do germanismo estão calcadas em concepções gestadas no pensamento romântico-nacionalista alemão (Mosse, 1979), em torno da definição e construção do nacionalismo alemão, inicialmente definida por Herder (1744-1803). Alguns dos representantes mais significativos do pensamento étnico-nacional alemão, e em cujas idéias e fontes baseiam-se os germanistas, são Friedrich Schleiermacher (1768-1834), Johann Gottlieb Fichte (1762-1813), Ernst Moritz Arndt (1769-1860) e Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852). No final do século XIX, são acrescentados ao pensamento romântico-nacionalista alemão pressupostos das teorias raciais, radicalizadas pelo nacional-socialismo nas décadas de 30 e 40 do século XX (Grützmann, 2001:68,74).

O germanismo vai se difundir, no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX, e expressa, segundo Seyferth, uma ideologia de caráter etnocêntrico, incorporando “a ideologia nacional alemã formulada no início do século XIX”, cuja premissa básica consiste em que

[...] o povo alemão não precisa estar ligado a um território específico ou a um Estado para constituir uma nação. [...] A nação é concebida como um fenômeno étnico-cultural; uma cidadania não-alemã não constitui obstáculo à fidelidade nacional de um indivíduo de origem teuta (Seyferth, 1982b:94-95).

Willems (1940:140ss) afirma que o germanismo pretende a “conservação de caracteres culturais, raciais e sociais dos grupos de origem germânica”. Para Paiva (1984:158-9), corresponde ao *Deutschbrasilianertum*, a “ideologia da teuto-brasilidade” (*Deutsch-brasilianische Ideologie*), definida por construções intelectuais e organizacionais divulgadas na imprensa em língua alemã e fomentadas por associações teuto-brasileiras, após a Primeira Guerra Mundial, baseada na ideologia étnica alemã (*völkische Ideologie*). O autor salienta que havia defensores da “*deutschbrasilianisches Eigenleben*” entre católicos e protestantes, mas o estreito vínculo do protestantismo, na Alemanha, com a ideologia étnica levou intelectuais ligados à Igreja Evangélica Alemã no Brasil a defenderem essa ideologia com mais afinco. O autor afirma, ainda, que esse pensamento “alemão-brasileiro” deve-se ao trabalho conjunto de intelectuais

vindos do Reino Alemão (*reichsdeutsche Intellektuelle*) e a teuto-brasileiros atuantes em escolas e igrejas no sul do Brasil. Os professores e pastores alemães, que vinham atuar nas escolas e comunidades evangélico-alemãs no Brasil, traziam, além de formação especializada, a teoria racial então cientificamente válida, bem como uma elaboração aistórica do “ser alemão” (Paiva, 1984:160). Ainda segundo Paiva, o contato de escolas e comunidades “teuto-brasileiras” e organizações culturais e religiosas alemãs estreita-se no início do século XX, quando são fundadas as associações de professores no Rio Grande do Sul e a “*Ortsgruppe Hamburg*” do VDA (1984:160). No final do século XIX e início do século XX, estava crescendo também a influência do pensamento étnico sobre o sistema escolar alemão (Mosse, 1979:163-84), o que se refletiu na formação desses professores e pastores que vinham atuar nas escolas e comunidades alemãs no Brasil.

O germanismo, segundo Grützmann (1999:78), “denomina a essência do povo germânico de germanidade”. O povo é componente essencial do ideário germanista e, conforme essa autora (*idem*: 69), “concebido como uma grande família, uma comunidade baseada na descendência e ligada essencialmente por laços culturais e raciais”. A germanidade, conforme Seyferth (1982b:94-5), constitui-se de elementos como a língua alemã e a herança de sangue. Além desses, Grützmann (1999:67) aponta ainda outros elementos definidores da germanidade, a canção, as virtudes e a *Heimat*, reunidos sob a denominação *Deutschtum* e/ou *Volkstum*.

Gertz (1987), Gans (1996) e Grützmann (1999) afirmam que o germanismo estava mais enraizado nas camadas superiores da população de imigrantes alemães e descendentes. Gertz constatou que o germanismo é uma ideologia que atrai sobretudo as elites e seus aliados. Deve-se destacar que esse germanismo tem uma função voltada especialmente para as relações de dominação entre os próprios teutos e de forma alguma representa uma oposição ao *statu quo* político no Brasil (Gertz, 1987:109).

Os defensores do germanismo, segundo Grützmann, geralmente “ocupavam posição de liderança, entre eles, comerciantes, jornalistas, teólogos, pastores, médicos, advogados e professores, alguns com titulação universitária, grande parte residente em Porto Alegre e São Leopoldo” (Grützmann, 2003b:1). Observe-se que se trata de elementos predominantemente urbanos. Pretendendo “garantir a coesão interna do grupo étnico” e o “projeto de “restauração da germanidade” (Grützmann, 1999) entre os imigrantes e seus descendentes ou sua (re)germanização (Meyer, 2000), o germanismo visava a alcançar três

objetivos principais: a identidade, a comunidade (*Volksgemeinschaft*) e a continuidade, ou seja, a conservação da essência germânica (Grützmann, 1999:91-114). Ainda Grützmann (2003a:119), assim como Dickie (1996), salienta que o germanismo

[...] do mesmo modo que a ideologia étnica, não constitui uma unidade fechada do ponto de vista das formulações teóricas, mas está matizado pelas proposições oriundas de diversas perspectivas teóricas e de diferentes vertentes, entre elas as defendidas por católicos, evangélicos e livre-pensadores, e pela intensidade das posições tomadas em relação à questão étnico-nacional.

Por outro lado, é importante salientar, ainda conforme Grützmann (*ibidem*), que as idéias do germanismo foram

[...] articuladas, em diferentes momentos históricos, a outras correntes de pensamento e marcadores sociais, entre eles, de gênero e de classe (Meyer, 2000), ligações essas que se pautaram por diversos interesses econômicos, políticos e sociais dos envolvidos na construção das representações identitárias.

No Rio Grande do Sul, os ideólogos do germanismo, vinculados a diferentes vertentes, a partir da segunda metade do século XIX, discutem a situação do grupo alemão no Brasil, valendo-se, especialmente, da imprensa. Como bem apontam Grützmann (1999) e Meyer (2000), a imprensa servia como um meio de divulgação das representações identitárias e fronteiras étnicas para esse grupo e, especialmente, para construir e reforçarem uma identidade étnica estanque, considerando-a uma herança que não poderia ser modificada, ignorando o que efetivamente define a etnicidade: a sua dinâmica, passível de constantes transformações.<sup>2</sup>

Predominantemente três vertentes do germanismo são registradas pela historiografia. Maria A. S. Dickie (1996:245) denomina-as de retóricas, considerando-as

[...] diferenciadas, seqüenciais e simultâneas, vindas de 'fora', e que, ao se expressarem, passaram a ser elementos importantes na construção da vida e do *ethos* dos colonos, colocando em perspectiva a vida construída e regrada ao longo do período anterior. Estas retóricas foram a expressão de três projetos culturais que queriam modificar a visão de mundo dos colonos, de acordo com metas claras e definidas. [...] Os três

autores destes projetos — e destas retóricas — foram pastores luteranos vindos da Alemanha, após 1864; os padres jesuítas alemães, radicados em São Leopoldo desde 1850; e os alemães, conhecidos como *Brummer*, chegados ao RS a partir de 1852, dos quais alguns se haviam espalhado, como profissionais, pelas linhas coloniais e outros tinham permanecido em Porto Alegre. (grifos no original)

Abordamos, no presente texto, a vertente dos evangélico-luteranos entre a população de origem alemã no Rio Grande do Sul. A imprensa é uma instância fundamental utilizada para fomentar a germanidade. Ela englobava os almanaques<sup>3</sup>, os jornais *Deutsche Post* (1880-1928), o *Sonntagsblatt der Riograndenser Synode*, impressos publicados pela editora de Wilhelm Rotermund, em São Leopoldo, e o jornal ALZ.

Entre os principais teóricos da vertente evangélica do germanismo, deparamo-nos com Wilhelm Rotermund e Hermann Dohms, ambos pastores e presidentes do Sínodo Rio-grandense (tendo atuado respectivamente em 1874-1918 e 1914-1956), com larga atuação no magistério. As formulações teóricas de W. Rotermund ocorrem antes e durante a Primeira Guerra Mundial. H. G. Dohms terá sua produção publicada e difundida após esse período.

Uma questão é comum às três vertentes defensoras da germanidade: pretendem que a população de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães seja brasileira no tocante à cidadania, preservando, porém, a identidade étnico-nacional alemã, sintetizada na “germanidade” (*Deutschtum/Volkstum*). Especialmente nas primeiras quatro décadas do século XX, os descendentes de imigrantes alemães, especificamente os evangélicos luteranos, estão submetidos, de um lado, à influência dos ideólogos do germanismo, que pretendem a (re)germanização desse grupo, valendo-se das instâncias citadas acima, especialmente periódicos; e, de outro lado, à influência dos governos nacional e estadual, que pretendem a construção de uma identidade nacional coletiva e a supressão de diferenças étnicas, sendo a escola um dos instrumentos utilizados para formar o cidadão desejável. Esses objetivos serão intensificados na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que pretende a nacionalização do elemento estrangeiro e a supressão de qualquer grupo etnicamente homogêneo, defendendo a “mistura das raças” para a formação do povo brasileiro.<sup>4</sup>

Trata-se, porém, de um aspecto que não pode ser homogeneizado, e a análise aprofundada das fontes impressas permite-nos encontrar conflitos e divergências em torno do tema (Gertz, 1991:18). A seguir analisamos, portanto, o ALZ

para verificar que conceito de germanidade é representado e que elementos são enfatizados pelos editores e articulistas desse periódico.

### Representações sobre germanidade (*Deutschtum*) no ALZ

Enquanto a intelectualidade brasileira estava ocupada, a partir da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, com a construção de laços de pertencimento “capazes de difundir um sentimento de brasilidade” (Luca, 1999:33), os ideólogos do germanismo escreviam para a população descendente de imigrantes alemães, visando a interromper ou impedir o processo de “abrasileiramento”, construindo e reforçando a germanidade, mediante um processo de gerenciamento da identidade do imigrante alemão e de seus descendentes. Buscamos, a seguir, verificar de que forma os redatores e articulistas do ALZ o fazem, que mecanismos de gerenciamento da identidade de seu leitor utilizam e que compreensão de germanidade veiculam. Cientes de que, desde meados do século XIX, vinham sendo veiculadas compreensões de germanidade, lembramos que a fonte a ser analisada limita-se ao período das primeiras quatro décadas do século XX.

No período de 1902 a 1917, as representações de germanidade são veiculadas, principalmente na forma de aforismos<sup>5</sup>, de caráter normativo, impondo e/ou direcionando condutas relativas à preservação da germanidade/*Deutschtum*. Essa estratégia, utilizada pelos editores do ALZ para divulgar suas concepções, é uma prática já verificada em outros periódicos, jornais e almanaques.<sup>6</sup> Através de sua constante repetição, pretende-se que determinadas formulações passem a ser bem comum dos leitores, passando a direcionar seus posicionamentos e práticas. Na década de 1920, ainda predominam os aforismos, porém já há algumas discussões em artigos mais teóricos, os quais predominam efetivamente nas páginas do ALZ, nos anos de 1930.

No que se refere ao período anterior a 1920, o conceito “germanidade” é pouco trabalhado pelos redatores e articulistas, especialmente no período da Primeira Guerra, em que predomina o fomento da consciência étnico-nacional alemã. Nesse sentido, os redatores citam aforismos dos mais conhecidos teóricos alemães, no que se refere à construção de conceitos sobre a nação alemã (Fichte e Lagarde), da área da literatura alemã (Goethe) ou de autoridades alemãs, como o próprio Imperador Guilherme II (ALZ, fev. 1915:1; maio 1916:1). Seguem alguns exemplos em que predomina a ênfase sobre conceitos caros a esses pensadores e políticos alemães na sua definição de nação alemã:

Somente aquele para quem seu próprio *Volkstum* é sagrado respeita e honra outro *Volkstum*! (E. Ertl., 1914:1)

Tende piedade de vossa Pátria,  
Valorosos alemães, é tempo de agir!  
Esta é a hora do levante  
Para alcançar a liberdade. Deus assim o quer.  
Vinde cá, quem coração de homem tenha! (Hutten, 1916:1)

Ser um povo significa ter consciência de uma aflição comum.  
(Paul de Lagarde, 1916:1)

Utilizam aforismos escritos ao povo alemão, o que denota o afinamento dos editores com o projeto germanista, pois efetivamente consideram seus leitores pertencentes à categoria “povo alemão”. No segundo exemplo, em que o leitor é convocado a lutar e apoiar o país de origem: o Império Alemão. No que se refere ao terceiro exemplo, salientamos que, conforme Mosse (1979:40), Paul de Lagarde (1827-1891) é um dos principais ideólogos do *Volkstum* no século XIX. Duas contribuições suas fizeram dele um dos maiores representantes da ideologia étnica: “sua ênfase na espiritualidade (*Geistigkeit*), na existência de uma fé germânica que unia todos os alemães na rede do povo e os ligava a Deus, bem como a apresentação das diversas formas de anti-semitismo” (Mosse, 1979:48), nas quais o judeu vai representar as formas mais abjetas do anti-alemão.

Em meio a uma maioria de aforismos, aparecem alguns poucos textos teóricos, como o de Karl Nötzel, cujo título também é imperativo: *Du bist Deutscher!* (Tu és alemão!). O autor enfatiza a língua como elemento do *Volkstum*, cita marcadores e diferenciadores como honestidade, justiça, discrição e bondade.

Orgulhas-te de ser alemão, não por te considerares, como alemão, superior a outras nações. Orgulhas-te de ser alemão, porque te orgulhas de ser um ser humano. E te orgulhas de ser um ser humano, pois isto significa uma grande responsabilidade perante Deus e perante as pessoas, talvez perante toda a criação. Uma responsabilidade no presente e no futuro mais distante. (Nötzel, 1915:6)

Esse texto, mas também diversos dos aforismos lembrados colocam, já nesse período de 1915, a ênfase na *Schöpfungsordnung* (ordem da criação), teoria em que o pertencimento a um povo, no caso, o alemão, está condicionado à ordem

de Deus e, conforme a análise de Dreher, “raça, sangue, idioma, etnia são tidas por dádivas da criação de Deus e, como tais, devem ser santificadas” (Dreher, 1984:217). Os povos não são apresentados como resultado de longo processo histórico, mas correspondem a uma intenção original de Deus, quando, seguindo o mito contido em Gênesis 11, texto no qual é relatada a torre de Babel, sua construção e sua destruição por Deus, seguida da confusão de línguas que dá origem aos povos, estes são vistos como entidades criadas por Deus desde tempos míticos. Voltar-se contra essa vontade de Deus, não mantendo as peculiaridades étnicas, é pecado, desobediência. Assim, também o casamento com pessoa de outra etnia é desobediência.

Segundo Manfred Jacobs, desde o Pietismo alemão e, especialmente desde Herder (1744-1803), teólogo influenciado pelo Pietismo que formulou essa concepção em sua obra “Idéias relativas à História da Humanidade” (*Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*), estabelece-se estreita relação entre história e revelação (*Offenbarung*), espírito do povo (*Völkgeist*) e espírito de Deus (*Gottesgeist*). No século XIX, Schleiermacher, também teólogo protestante e pai da hermenêutica moderna, acrescenta a essa concepção o entendimento de que “a comunidade cristã e o povo [são] ordem da criação de Deus”. Nessa concepção, cada povo, também o alemão,

[...] teria acesso à mensagem bíblica de acordo com seu caráter espiritual. Ali prenunciava-se a transição da proclamação cristã para a religiosidade étnica, assim como a oposição entre o Velho Testamento e a idéia do *Völknomos* alemão que os Cristãos Alemães (*Deutsche Christen*) e Wilhelm Stapel retomaram em 1933. (Jacobs, 1970:106-7)

É dentro dessa tradição que também Fichte entende povo como uma “revelação histórica de Deus, desenvolvendo-se conforme uma determinada lei da criação” (Tilgner, 1966:48), quando apresenta seu conceito de nação no oitavo “Discurso à nação alemã”. A teologia étnico-nacional, no entanto, tornou-se relevante na história alemã apenas após a Primeira Guerra, que Tilgner chama de “catástrofe alemã de 1918”. Segundo ele, apenas no século XX, “a teologia nacional-religiosa de povo foi radicalizada e tornada também teologicamente relevante na ligação de germanidade e cristianismo” (Tilgner, 1966:14).

Verificamos, portanto, que na busca por representações de germanidade, encontramos, na estratégia da publicação de aforismos — utilizada pelos editores do ALZ — efetivamente a intenção de fomentar em seus leitores a manutenção

de uma identidade étnico-nacional alemã, bem como fomentar o sentimento de unidade e de pertença ao “povo alemão”. Era reflexo de um nacionalismo entre outros nacionalismos do período, dos mesmos nacionalismos que patrocinaram a I Guerra. Suas formulações ainda são distintas do que virá após 1920.

Na década de 20, o conceito de germanidade (*Deutschtum/Volkstum*) está mais nitidamente expresso no editorial do primeiro número de 1920, escrito pelo então redator do ALZ, Friedrich Strothmann, que ocupou essa função entre 1920 e 1925. Nele, verificamos a presença de elementos de diferenciação étnica, ou de fronteira étnica, conforme Barth, acionados pelo grupo para diferenciar-se frente ao “outro”. Os elementos demarcadores utilizados pelo redator são a capacidade de trabalho, a “maneira de ser alemã” e a “peculiaridade de seu povo”. Está presente também um dos pressupostos da ideologia étnico nacional-alemã, segundo a qual os alemães eram sempre alemães, não importando o país em que vivessem. O redator afirma o pertencimento eterno ao povo alemão, “seja sob carvalhos, seja sob palmeiras”, representando a imagem da manutenção da identidade, portanto da idéia da imutabilidade da germanidade, bem como sua condição naturalizada (Grützmann, 2003a). Defende, ainda, que a juventude é portadora e deve ser transmissora desses demarcadores. O redator enfatiza a importância da formação do professor a partir dessa concepção, solicitando trabalho em conjunto: “Andemos unidos em sua direção e esperemos grandes coisas de nosso trabalho para nós e para nosso povo” (Strothmann, 1920:1). Mesmo já tendo citado o seguinte trecho do editorial no capítulo anterior, entendemos que é pertinente repeti-lo aqui:

Se com destemor preservarmos o que pode preservar a nós e a nosso povo, com forças reunidas — o Reino nos há de ser preservado, pois o Reino está em nós. Fomos chamados à vida da terra alemã, seja sob carvalhos, seja sob palmeiras. Conosco peregrina o Volkstum tal como a sombra com o corpo, a cor com o tecido, o perfume com a flor. E o destino é tão determinante, que ninguém pode alcançar verdadeira grandeza, a não ser que destaque a peculiaridade de seu povo. Por isso, façamos ascender a juventude com entusiasmo fervoroso, por meio de palavras embalantes e exemplo esplendoroso, em direção aos ideais como formação moral-religiosa, pessoal e nacional. (Strothmann, 1920:1)

Relacionado ao contexto do Pós-Guerra, segue outro exemplo em que mais uma vez é acionada a temática da unidade do povo alemão:

Pentecostes alemão — Dia alemão  
Nossa alma está em chamas,  
Venha o que vier  
Os alemães permanecem firmes juntos.  
Um juramento frente ao perigo extremo  
Nos une, seja qual for nossa linhagem  
E a união até a morte  
Honramos fielmente. (Frobenius, 1923:1)

Uma citação de Guilherme II determina modelos de conduta a quem pertencesse ao povo alemão, exigindo mais patriotismo. É o que encontramos no trecho a seguir, retirado de um texto do ex-imperador alemão, referindo-se ao período posterior à Primeira Guerra. Lamenta a falta de alegria (*Freude*) e orgulho (*Stolz*) dos alemães com relação ao seu *Vaterland*, por isso foram oprimidos:

Se os alemães de todas as classes e posições tivessem sido educados para a alegria e o orgulho perante sua pátria, uma tal auto-humilhação de um povo grandioso seria inconcebível. Esta humilhação, que, por certo, nos foi imposta sob condições específicas, extremamente difíceis, é ainda menos compreensível quando pensamos que a juventude alemã, apesar de excessivamente estudada e não tão fortalecida pelo esporte como a juventude inglesa, conseguiu feitos brilhantes, nunca antes alcançados [...]. Que o povo alemão nunca perca da memória essa personificação do seu melhor ser e que procure com todas as forças seguir-lhe o exemplo, assimilando, de forma perene, o verdadeiro espírito alemão. (Wilhelm II, 1923:1)

A menção do texto de Guilherme II está a serviço das tendências nacionalistas alemãs, inconformadas com o desfecho da Guerra e contrárias à social-democracia da República de Weimar, que irão, mais tarde, agregar-se ao nacional-socialismo e que, no Brasil, apoiarão a ideologia nazifascista (Dreher, 1984:126-7). Por fim, apontamos para outro elemento da germanidade acionado, nessas duas décadas, pelos articulistas e redatores: a língua alemã. A esse elemento dedicamos uma abordagem específica na parte final deste texto.

Na década de 1930, são frequentes os textos teóricos em que os articulistas abordam claramente o que entendem por germanidade. Tratam da questão, porém, sempre associada à condição de cidadania brasileira, afirmando que não poderia haver melhor patriota do que o “alemão-brasileiro”. Nesse sentido,

Culmann argumenta que, na manutenção de seu *Volkstum*, “no cultivo da índole e da essência alemã”, bem como mantendo a cultura de origem (*Stammeskultur*) e tradições e origem (*Stammestradiationen*), está a melhor contribuição da população descendente de alemães para a formação de uma cultura brasileira. Passa pela escola, pelo professor, a manutenção do *Volkstum*, enfatiza o articulista. Sugere duas formas de mantê-lo: através das canções<sup>7</sup> em língua alemã e através da *Familienkunde* (genealogia). No que se refere à última, argumenta o autor que ela poderá servir ao conhecimento da *Völkskunde* (geografia humana), pois era preciso, segundo ele, conhecer e estudar a história e a contribuição dos “teuto-brasileiros” para a nação brasileira, seja na indústria, no comércio, na escola, na igreja, na vida associativa, no esporte, na arte, no teatro e na música. Demarcar essas contribuições e fortalecer a consciência tradicional (ALZ, abr. 1930:3) do grupo no presente e no futuro consistiam em objetivos centrais. No que se refere ao teatro, os redatores do ALZ passam, a partir de então a publicar artigos específicos em que são sugeridas formas de se trabalhar teatro e *Volklieder* (canções populares) na escola e nas festas, especialmente na comemoração do 25 de julho,<sup>8</sup> a partir de 1934. Da mesma forma, o tema *Familienkunde*, que já vinha sendo tratado em 1926, volta a ganhar espaço nas páginas do ALZ, e, após 1933, passa a ser designado por *Abnenkunde* (estudo dos ancestrais), já no contexto das teorias raciais em voga na vigência do nacional-socialismo.

Ainda em 1931, Kramer, então presidente da Associação de Professores, insiste no que chama de “enraizamento no *Volkstum*”, o que deveria ser alcançado via crianças na escola. Argumenta que os alunos das escolas “teuto-brasileiras” são nascidos no Brasil e devem ser educados para a cidadania brasileira, porém são “brasileiros de origem alemã”, e, dessa forma, “pertenciam ao grande povo alemão, espalhado por todo mundo” (Kramer, 1931:8).

Em artigo de Karl Fouquet (1931:2) sobre o quinto Congresso Escolar (5. *Schultag*), realizado em Porto Alegre, naquele ano, enfatiza especialmente a fala de Alberto Bins, que afirma a importância de manter “língua, costumes e cultura herdada dos pais”. Vale-se, portanto, do recurso da autoridade, pois Bins era então prefeito de Porto Alegre.

Verificamos que o ano de 1933 marcou uma alteração significativa no ALZ, pois, além de discutir a questão do *Deutschtum/Volkstum*, passa a veicular conceitos então em discussão no início do III Reich alemão e da ascensão do nacional-socialismo ao poder. Trata-se de textos pontuais sobre o pensamento étnico (*Völksgedanken*), o qual se sobrepunha ao estado nacional, e sobre a ideologia do *Blut und Boden* (sangue e solo). Exemplo disso é o texto de Dohms

(1933:3). As idéias e os conceitos tratados por Dohms estão nitidamente relacionados àqueles em voga na Alemanha daquele período, e vão desde os conceitos de povo, religião e comunidade até a ideologia do Sangue e Solo (*Blut und Boden*). Segundo Dohms, a “revolução” que estava acontecendo na Alemanha não era de um acontecimento apenas de ordem política, mas dizia respeito aos alemães de todo o mundo, significando “uma nova ligação do nosso povo daqui com todo o povo alemão” (Dohms, 1933:3).

Os articulistas passam, então, e especialmente em 1937, a considerar “sangue” outro elemento da germanidade. A partir de então são utilizados, com maior frequência, artigos teóricos em que se discutem conceitos como *Volk*, *Staat*, *Nation*, *Rasse* (povo, estado, nação, raça), diretamente relacionados com a história alemã e escritos tanto por autores brasileiros (por ex., Dohms e Andrä) como, e principalmente, por alemães (caso do ano de 1937, em que esses textos teóricos são retirados de obras de autores alemães ou de periódicos alemães, porém sem informação da data da publicação). A matriz dessas idéias está em Lagarde e outros pensadores alemães, que retomam e ressignificam idéias do romantismo alemão (Herder e Fichte). Estreitando o vínculo com a pátria-mãe, Alemanha, o ALZ continua, também, publicando textos referentes aos ícones da cultura alemã, como por exemplo, quando lembra os cinquenta anos de falecimento de Richard Wagner ou fala sobre sua cidade natal, Bayreuth (Rothacker, 1933:1-3; Beidler, 1933:3-4).

A partir desse período, os redatores e articulistas passam a utilizar o conceito *Volkstum* com mais frequência do que *Deutschtum*. Verificamos, também, variação no conteúdo do conceito. Em 1934, *Volkstum* engloba dois elementos fundamentais: uma língua comum (a língua materna) a todos os membros e uma cultura única e comum:

*Volkstum* expressa-se acima de tudo numa língua comum entre todos os seus membros, na língua materna, e numa determinação cultural uniforme, ou melhor, numa convicção nas forças e capacidades próprias. Dessa determinação cultural, no entanto, forma-se uma estrutura harmônica de relações culturais, as quais, em conjunto com a língua, podemos considerar como uma característica étnica distinta, em outras palavras, uma conjugação e conformidade internas entre as mais diferentes expressões da vida. (Holder, 1934:6)

Holder considera expressões do *Volkstum*: “Usos e costumes, música e dança, festas e o cotidiano, as roupas típicas e os utensílios, a construção das casas e a

forma de conduzir os negócios, enfim, todas aquelas coisas que conferem à vida um estilo étnico próprio” (Holder, 1934:6). Concordando com ele, Erich Fausel, reforça a importância do ensino da etnologia alemã (*deutsche Volkskunde*). Ele o faz exemplificando outras regiões onde há população alemã, como a Transilvânia e o sul do Tirol, demonstrando que, assim como aquela população valorizava a *deutsche Volkskunde*, os “ateuto-brasileiros” também não poderiam se excluir, pois estavam mais atrelados ao povo alemão do que alguns pensavam, por demarcadores, que “encontram-se nos menores detalhes, em expressões do dia-a-dia aparentemente sem importância, em palavras e gestos, na maneira de pensar e organizar a vida, na vontade de trabalho e na auto-estima daí proveniente.” (Fausel, 1935:1).

Há, nesse texto de Fausel, uma proposta clara de continuidade, outro objetivo do germanismo — além da unidade e da identidade apontados por Grützmänn (1999)<sup>9</sup>, bem como uma delimitação de fronteira étnica. Fausel traduz esses demarcadores em ações a serem seguidas pelos “teuto-brasileiros”. Sugere que continuem construindo casas em estilo alemão, mantenham os jardins floridos e limpos, preservem suas canções populares e reaprendam a cantar, o que, dentre outras pequenas ações, poderia manter o *Volkstum* (Grützmänn, 1999). O objetivo seria a unidade de toda a população alemão-brasileira por meio da *Volkskunde*, a ser veiculada pelos professores, educadores e amigos do *Volkstum*:

Ela deverá assim fornecer meios e material de trabalho a todos os professores e educadores, a todos os amigos e a todos aqueles que acreditam no *Volkstum*, e deverá estimular cada pessoa alemã que aqui vive e fazer com que sua difícil vida como teuto-brasileiro valha a pena, não apenas para si mesmo, mas pela causa do *Volkstum*”. (Fausel, 1935:1)

Importante é, segundo Fausel, pensar no todo, para que cada parte tenha significado. O todo é o *Volkstum*, e cada indivíduo devia fazer sua parte para mantê-lo.

Além de enfatizar demarcadores da identidade alemã, outra estratégia utilizada pelos editores do ALZ, é a publicação de normas de conduta, para persuadirem o leitor e se assegurarem de que os seus propósitos fossem alcançados. Em 1936, o ALZ publica decálogo, que apresentamos a seguir, elaborado originalmente pelo *Deutscher Nationalbund* para os norte-americanos, “há muitos anos”. O argumento do redator é de que está sendo reproduzido,

pois serve também para os descendentes de alemães, no Brasil, naquele momento, em 1936. Normas de conduta eram reutilizadas e ressignificadas, portanto, em outro momento histórico e em outro país. Vejamos seu teor:

1. Demonstre e declare ser alemão, mesmo se no momento isto possa não parecer vantajoso.
2. Fale e escreva alemão nos contatos com alemães.
3. Leia jornais e livros alemães; o desejo de aprender inglês não deve levar à negligência de sua maravilhosa língua materna.
4. Promova o uso da língua alemã em sua família e ensine alemão ao seus filhos. Eles lhe serão gratos por isto no futuro.
5. Não mexa um pontinho sequer em seu nome de família alemão, o qual tem o mesmo direito à memória dos ancestrais nos Estados Unidos como os nomes de família irlandeses e ingleses. Seu nome alemão é seu estandarte pessoal.
6. Como membro de um partido político, exija internamente a mesma consideração para os alemães como aquela dada a outras nacionalidades.
7. Dedique um dia do ano ao seu *Volkstum*, participando com toda a sua família nos festejos do dia alemão.
8. Não inveje o sucesso de seus companheiros alemães. Pelo contrário, faça de tudo para ajudá-los.
9. Coloque suas aptidões pessoais à disposição da promoção das causas maiores do movimento americano-alemão.
10. Participe em associações ligadas a agremiações maiores em nível municipal e estadual, para promover os interesses da germanidade americano-alemã. (*Zehn Gebote für den Deutschamerikaner*. In: ALZ, v.33, n.8, p.11, ago. 1936)

Grützmann, que já analisou esse decálogo, aponta para a relação do mesmo com o decálogo bíblico, contendo inclusive o “mesmo número de ordens proferidas no imperativo” (Grützmann, 2003a:145). Esse decálogo, na forma de mandamentos, bem como os aforismos, são, segundo a autora, uma forma de criar resistência às mudanças, fortalecendo a unidade e a integração do grupo. Chamamos atenção para um elemento da germanidade enfatizado nesse decálogo: a língua alemã, tanto falada como escrita. Além disso, salientam condutas, como a não alteração do nome de família, a participação de festas e de associações. Afinal, acima de tudo, “ser alemão”.

Na década de 1930, os conceitos-chave da ideologia étnico-nacional difundida na Alemanha, bem como do germanismo, são discutidos também sob o pretexto

dos preparativos para as comemorações em torno do 25 de julho, data em que era lembrada a chegada dos primeiros imigrantes a São Leopoldo, considerada “Unser Tag” (Nosso dia). É o caso do texto de Helmut Andrä, que desempenhava a função de diretor e professor de escola e era um dos ideólogos do germanismo, cujos textos são encontrados com relativa frequência nas páginas do ALZ da década de 1930. O texto comentado a seguir refere-se ao 25 de julho de 1937. Nele, Andrä discute os conceitos *Volkstum* (germanidade), *Volksgemeinschaft* (comunidade étnica), *Brasildeutscher* (alemães do Brasil). Entende *Volkstum* não como teoria, mas como prática, e afirma que a força do *Volkstum* está na comunidade (*Gemeinschaft*). É necessário, segundo ele, perguntar-se: “Podemos fazer parte tanto do *Volkstum* alemão como do brasileiro?” (Andrä, 1937:2). Responde que não se pode pertencer a dois *Volkstum* e argumenta que, no Brasil, se fala de brasilidade apenas como algo a ser alcançado no futuro: “Não existe uma comunidade étnica brasileira baseada na raça e no sangue”. E continua, afirmando que “não somos minoria [...]. Queremos ser fiéis ao país que nos acolheu, [...] pelo qual trabalhamos pela ordem e progresso, mas também precisamos permanecer fiéis aos nossos costumes, nossa língua, ao sangue alemão de nossos antepassados [...]”. A essa identidade seu leitor deve pertencer. Reforça, ainda, que o futuro da germanidade no Brasil depende da educação, “também da educação de nossos jovens como bons cidadãos”. As instituições responsáveis pela tarefa da educação seriam, ainda conforme Andrä, a escola e a Igreja. Finaliza seu artigo com uma convocação aos “teuto-brasileiros”: “Que a germanidade brasileira se apresente! Homens responsáveis, para a frente de batalha! Mestres e operários, avancem com a construção de nossa germanidade!” (Andrä, 1937:2).

No mesmo número do ALZ, Gustav Schreiber reforça o esclarecimento dos conceitos *Volkstum* (germanidade) e *Volksgemeinschaft* (comunidade étnica).<sup>10</sup> Entende que a germanidade/*Volkstum* apenas poderá ser expressa em comunidade (*Gemeinschaft*) e através da língua alemã. Schreiber vale-se desse conceito para dirigir um apelo ao grupo: que lutasse e agüentasse em circunstâncias difíceis. Certamente, referia-se a alterações no sistema escolar, como a que fora desencadeada com a Constituição de 1934, ou seja, o uso da língua portuguesa em sala de aula. Afinado com o entendimento do projeto germanista, em que a língua portuguesa poderia representar a perda da germanidade/ *Deutschtum/Volkstum*, o autor escreve:

Como foi salientado no artigo do colega Andrä, nossa comunidade étnica poderá, basicamente, apenas como comunidade cultural avançar na solução das tarefas que

neste momento lhe foram impostas. Em primeiro lugar, figura a proteção de nossa escola com um programa próprio de conteúdo étnico, levando em conta plenamente sua situação condicionada pelo Estado (brasileiro) (Schreiber, 1937:3-4, grifo do original).

Além de definir germanidade e recorrer a modelos de como o leitor deveria fomentá-la, como abordamos até aqui, há referência a antimodelos ou modelos que não deram certo: é o caso da colonização alemã em Torres e na Serra. O articulista que se refere a Torres, de certa forma, repete o que a historiografia sobre imigração alemã no Estado já vinha afirmando, por exemplo, na obra sobre os *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul* (2000). Em artigo de 1936, Theobald Dick enfatiza a pobreza e o sofrimento de “pessoas de nosso sangue e de nossa espécie, irmãos, em outras palavras, que levam uma vida de atraso e pobreza, quase diríamos, vegetam” (Dick, 1936:4).

Atribui esse atraso e essa pobreza ao isolamento em que vivia a população e propõe uma arrecadação de dinheiro para auxiliar a localidade de São Pedro de Alcântara para erguer uma escola. Dessa forma, segundo Dick (1936:4), “teriam contato com nossos métodos de trabalho, acostuariam-se novamente com usos e costumes alemães, enfim, seriam novamente incorporados em nosso *Volkstum*”. E convoca todos os “teuto-brasileiros” a colaborarem na organização dessa escola, pois, dessa forma, poderiam evitar que aquela população se afastasse definitivamente do grupo e do *Deutschtum/Volkstum*.

Outro exemplo de preocupação com a “perda da identidade/*Volkstum* é a “juventude descendente de alemães na Serra”. Falke reclama do afastamento da juventude descendente de alemães de seu *Volkstum*, culpando a escola e os professores. Estes deviam ensinar a música alemã, não permitindo a entrada de outras músicas, como tango, fox e rumba, difundidas na América. E afirma não ter perdido a esperança de que, também na Serra, “o metal nobre do *Volkstum* alemão apareça” (Falke, 1936:5).

O termo “*Deutschbrasilianertum*” também é encontrado no ALZ dos anos 30. Lembramos que, conforme Paiva (1984), esse conceito corresponde ao de germanidade/*Deutschtum*. No periódico citado, encontramos mais referências ao *Deutschtum* do que a algo que Paiva designa de *Deutschbrasilianertum*. Dick, Fausel, Fräger e Holder são alguns dos autores que usam o termo *Deutschbrasilianertum* em lugar de *Deutschtum*. Theobald Dick (1933:1-2), apesar de afirmar que o Brasil “[...] para nós, que aqui nascemos, [...] não é mais o assim chamado ‘país de hospedagem’, o ‘segundo lar’, para nós o Brasil é o primeiro, o

único lar, além do qual não conhecemos nenhum [...]”, enfatiza a contribuição dos alemães ao desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul e não aceita que essa população seja relegada a “cidadãos de segunda ou até terceira classe”. Admite, porém, que “é lógico que, naturalmente, devemos nos ajustar ao *Volkstum* brasileiro, tanto quanto possível, acima de tudo precisamos aprender o idioma”. Ele propõe, ainda, que o esforço da população descendente de alemães devia ser mais no sentido de “cuidadosamente cultivar e prezar os bons usos e costumes de nossos antepassados e, com o tempo, fundi-los com os bons usos e costumes luso-brasileiros para formar um novo *Volkstum*, o rio-grandense”. Poderíamos considerar, a partir dessa última afirmação, que Dick é o único articulista do ALZ a expressar a aceitação de uma tradução cultural para a população imigrante ou descendente de alemães, negociando com a nova cultura em que viviam, sem que fosse assimilada por ela e sem perder completamente sua identidade, vinculada ainda a seu lugar de origem e suas tradições, porém, sem a ilusão de um retorno ao passado (Hall, 2003:88). Fausel (1935:1), por sua vez, usa o termo *Deutschbrasilianertum*, porém trata da continuidade do projeto germanista, como abordamos acima. Holder (1934:6) considera os colonos o cerne do *Deutschbrasilianertum*, ou seja, vigora apenas no meio rural.

Outro conceito difundido pelo ALZ é *Heimat*, termo que começa a ser tematizado em larga escala, desde o Romantismo alemão, no século XIX. É no final do século XIX e até meados do século XX que a ideologização do conceito, mas também sua instrumentalização, atingirá seu auge. É nesse período que passa a ser “elemento aglutinador e definidor da identidade nacional e do povo alemão e adquirindo importância capital na ideologia étnica alemã” (Grützmann, 1999:75-6). Torna-se, então, matriz identitária e descritor da essência germânica no Brasil, mormente na década de 1930, quando na vigência da ideologia do sangue e do solo, há radicalização do conceito (*idem*:72-8).

Em 1937, comentando conferência proferida por Karl Götz, realizada em São Leopoldo, o comentarista salienta o poder da união dos que vivem longe da *Heimat*, ou seja, da terra natal e ancestral:

Que potência seríamos, segundo disse o poeta Karl Götz em sua palestra recentemente proferida em São Leopoldo, se entre todos nós que vivemos longe do *Heimat* uma vez irrompesse o sentimento de ligação fraterna e todos os irmãos no exterior pudessem ser capazes de olhar para sua adorada Alemanha, como o fazem crianças agradecidas para sua mãe. Seríamos invencíveis!

[...]

Mas é assim mesmo, nós alemães somos um povo estranho. (*Gedanken nach einem Dichtervortrag* (at). In: ALZ, mar/abr. 1937, n.1-2, pp.8-9).

Karl Götz, poeta, viaja, certamente a serviço de alguma organização de incentivo à manutenção da germanidade, e causa tal impacto no comentarista que este se vale das palavras do visitante para convocar o leitor a se unir e “aprender a enxergar nossos irmãos com outros olhos. [...] Rapidamente perceberemos que o caminho ao coração de nossos irmãos de sangue não é tão cheio de pedras”. Convida seu leitor a não olhar para as individualidades, afirmando que assim veremos “que todos têm, mais ou menos, o desejo de pertencer a nossa grande família alemã”. Veicula, portanto, a unidade pretendida, para englobar toda a população de imigrantes e descendentes de alemães no mundo na categoria “povo alemão”. E sugere:

Quanto mais procurarmos preservar o contato honesto e profundo com nossos irmãos, tanto mais suportável faremos nossa própria vida. A inveja, a busca desenfreada por prestígio e todo conflito pessoal devem desaparecer diante da grande tarefa comum que nos foi confiada pela pátria-mãe. Todo nosso pensamento e ambição deveriam estar direcionados para a meta que vislumbramos diante de nós: uma Alemanha unida, com a força de cem milhões! (*Gedanken nach einem Dichtervortrag* (at). In: ALZ, n.1-2, mar/abr. 1937:8-9).

Um dos únicos articulistas a considerar *Heimat* o Brasil é Theobald Dick (1933:1-2), afirmando que: “[...] para nós que nascemos aqui, o Brasil não é mais o assim chamado ‘país de hospedagem’, o ‘segundo lar’, para nós o Brasil é o primeiro, o único lar, além do qual não conhecemos nenhum outro”. Por trás das colocações de Dick encontramos resistência à ideologia alemã contida no conceito tradicional de *Heimat*. Como ainda veremos, Dick não vai se opor à inserção de alemães e descendentes no Brasil. Antes, vê o fato como lógico e natural.

Outro autor trata da necessidade da *deutsch-brasilianische Volkskunde*. O conceito *Volkskunde*, etnologia, também tem suas raízes no acento dado às ciências naturais no século XIX e está interessado, no contexto em que o estudamos, nos estudos relativos à teoria de superioridade ou inferioridade racial:

Uma *Heimatkunde* sem etnologia (*Volkskunde*) é, no sentido exato da palavra, desprovida de sangue. Justamente pelo fato de que, aqui entre nós, o sangue e a terra não convivem naquela harmonia ancestral como na Alemanha, justamente porque

aqui cada um tem um *Heimat* do sangue e um da terra, uma terra materna e uma terra paterna, por todos esses motivos uma *Heimatkunde* não pode apenas versar sobre a paisagem ou, no máximo, sobre a colônia, ela deve também procurar oferecer uma representação da singularidade e da autodeterminação de nosso *Volkstum*. (*An alle Leser! In: ALZ, Porto Alegre, v.32, n.12, ago. 1935:4-6.*)

O trecho citado reflete o que se encontra no ALZ, na década de 1930, ou seja, textos em que está presente a ideologia do solo e do sangue (*Blut und Bodenideologie*), em vigor na Alemanha, nessa mesma década. Nesse texto, propõe-se a vinculação do descendente de alemães a duas concepções de pátria: *Mutter-und Vaterland*, também já verificado por Meyer (2000) e Grützmann (1999). Meyer explica essa questão como uma relação entre nacionalidade alemã e cidadania brasileira, que, segundo a ótica dos germanistas, deveria ser a “relação desejável, produtiva e harmônica de dois entes distintos e complementares”: a terra natal e a pátria, para gerar “o sujeito e a cultura teuto-brasileira” (Meyer, 2000:87). Grützmann afirma que:

O germanismo também defende a harmonização entre a conservação e o cumprimento dos deveres inerentes aos imigrantes e a seus descendentes, residentes e nascidos no Brasil, sem prejuízo de ambas as partes, a partir da separação entre nacionalidade e cidadania. A nacionalidade, de acordo com a sua concepção, decorre de laços étnicos e culturais. [...] Sua ocorrência encontra-se desvinculada de um Estado de fronteiras políticas e geográficas delimitadas, podendo estabelecer-se em qualquer país. [...] A cidadania, ao contrário, configura-se numa categoria política e acidental que não modifica a essência do indivíduo, na medida em que essa é concedida pela ascendência étnica e cultural (Grützmann, 1999:96-7).

Verificamos que há, também nas páginas do ALZ, a mesma intenção dos ideólogos do germanismo, já estudados por Grützmann, de “regermanizar” a população descendente de imigrantes alemães, pois, na prática, o processo da “desgermanização” ou a *Brasilianisierung* (abrasileiramento) estava há muito em andamento, como também afirma Meyer (2000).

### Língua alemã

No ideário germanista, a língua tem relevância, por ser considerada “o espelho e a transmissora da essência alemã, sendo vista como um autêntico repositório

do caráter nacional” (Grützmann, 1999:80). Esse entendimento da língua nacional está ancorado na premissa romântica defendida por Herder. A partir desse entendimento, ainda conforme Grützmann, a língua torna-se um “mecanismo de diferenciação entre os demais povos e nações” (*idem*:80). O próprio uso da língua alemã nas publicações, como no caso do ALZ, é uma forma de conservar a língua materna no Brasil, mantendo o vínculo com a cultura alemã (*idem*:65).

A língua foi, portanto, como mostram os estudos de Meyer e Grützmann, o elemento central acionado pelo ideário germanista no processo de construção da diferenciação e identificação dos imigrantes e descendentes. Recuperamos a seguir a discussão teórica a respeito desse elemento demarcador nas diferentes décadas de circulação do ALZ. Acompanhamos, ainda, e buscamos apresentar o entendimento dos articulistas do ALZ da relação língua alemã e língua portuguesa, ambas acionadas para compor o que entendem ser um bom cidadão brasileiro.

Esse entendimento é defendido, desde 1906 até a década de 1930, no ALZ. Acentua-se a discussão, mesmo dentro do próprio grupo, nessa última década, em função da nova política educacional brasileira, então implantada, e que culmina com a política de nacionalização durante o governo Vargas, quando o ensino da língua portuguesa passa a ser mais exigido pelas autoridades brasileiras da área educacional, a partir do que prevê a Constituição de 1934. No ALZ, essa discussão perpassa as quatro décadas de sua publicação e a ênfase reside na afirmação de que “a língua e o caráter alemães são características que devem prevalecer aqui no Brasil”.

No ALZ, uma das primeiras discussões e representações em torno da língua alemã pode ser verificada em 1914. Em artigo sobre as funções das aulas de língua alemã, aponta-se para a necessidade de conhecer perfeitamente a língua alemã, considerada a língua materna (*Muttersprache*). Negligenciá-la seria o primeiro caminho para o afastamento do próprio *Volkstum*. Com esse argumento, pretende-se que a “escola alemã” se responsabilize pelo ensino correto da *Muttersprache*, sobrepondo-a aos dialetos (*Mundart*) utilizados pelos alunos. (*Die Aufgaben des deutschen Sprachunterrichts. In: ALZ*, v. 13, n. 4, p. 1-3, abr. 1914, p. 1) Essa é uma forma de homogeneização, que, conforme Meyer (2000:67) chama a atenção, estava a cargo da escola. Já em 1906, o ALZ reproduz uma palestra de Theodor Matthias (1906), reitor de um ginásio alemão, sobre o espírito alemão na escola alemã, da qual retira o argumento de que o jovem deve cultivar língua alemã em vez do seu dialeto. Na prática,

recomenda a elaboração e utilização de um *Lesebuch*, nessas escolas, o qual poderia ser então, ao mesmo tempo, o meio para ensinar a *Muttersprache*, também uma forma de manter os alunos em contato com a “cultura alemã” (Antonius, 1908:1-2).

Ainda em 1914, há um artigo em que o ALZ reserva à língua portuguesa não apenas um segundo plano, tratando-a ainda como língua estrangeira nas escolas “teuto-brasileiras” (*deutsch-brasilianische Schulen*). É o caso de um relatório anual da Escola Sinodal, de Santa Cruz do Sul, com 187 alunos, em 1914, em que há referência sobre as línguas estrangeiras oferecidas: “além do português também o francês (Verschiedenes. *In*: ALZ, v.14, n.3, mar. 1915:6). Em 1916, os argumentos vão no sentido de considerar que a língua servia para educar pessoas diligentes (*tüchtigen Menschen*), dependendo, porém, do seu vínculo com o espírito de “nosso *Volkstum*”, apenas viável mediante o uso da *angestammten Muttersprache* (língua ancestral): “Acima de tudo, queremos educar nossos filhos a se tornarem pessoas diligentes, no espírito de nosso *Volkstum* e de nossos antepassados, e isso só é possível na língua materna ancestral, a língua que fala ao coração e à mente de cada um.” (*In*: ALZ, v.15, n.9, jun. 1916, p. 2)

A argumentação segue no sentido de afirmar o caráter do ser humano como mais importante do que sua língua. Lembra que não considera o caráter alemão superior, mas que se deve ensinar dentro dos “traços distintivos das características de cada etnia. [...] Somos mediadores natos entre o Brasil e nossa amiga Alemanha”. E amar aos dois países seria bom para ambos: “Assim podemos unir o amor ao Brasil, o país de nosso futuro, com a fidelidade à Alemanha, o país de nosso passado, para o bem dos dois países” (Joinville. *In*: ALZ, v. 15, n.9, jun. 1916:2).

Os articulistas convocam, em nome do *Volkstum*, pais e professores para colocarem seu projeto pedagógico em prática, visando a garantir a aprendizagem e manutenção do uso da língua alemã. Junto aos pais argumentam que é necessário apoio aos alunos no lar: “Sozinhos não podemos garantir o domínio da língua alemã das crianças. Os caros pais de nossas crianças devem nos ajudar e cooperar no mesmo sentido, também em casa, na família” (Der Verwaltungsbericht des Vorstandes des Vereins Deutsche Schule S. Paulo. *In*: ALZ, v.15, n.4, abr. 1916:3).

Nos anos em que o governo brasileiro faz uma primeira nacionalização das escolas “estrangeiras”, em 1916 e 1917, o que se deve às tensões decorrentes da posição que o Brasil tomou durante a Primeira Guerra Mundial, os articulistas do ALZ passam a admitir a cobrança por estarem em país cuja língua é o

português, portanto seus filhos teriam que aprendê-la! Também concordam com isso, porém seus argumentos seguem no sentido de que já estavam fazendo o possível para ensiná-la. A partir de então, a língua começa a ser entendida como fundamento da cidadania, admitindo a necessidade da aprendizagem da língua portuguesa, não negligenciando, porém, em nome da manutenção da “essência” e identidade alemã dentro do gupo.

Na década de 1920, há um movimento inicial de apoio ao ensino e conhecimento da língua portuguesa, alegando questões de ordem prática, como verificamos na seguinte citação:

O amor à pátria, que deve ser aprendida na escola, encontrará sua aplicação prática mais tarde na vida. [...] O aluno de hoje ocupará seu lugar na vida econômica e social como soldado, eleitor, funcionário. Nestas duas esferas, no entanto, é necessário conhecer a língua nacional. Por direito histórico, esta língua é o português. (*In: ALZ*, n.5, maio de 1920, p.3)

Admite-se o ensino da língua portuguesa em disciplinas como história e geografia do Brasil, porém logo é apresentado o argumento de que os alunos praticamente não entendem a matéria, por compreenderem pouco a língua portuguesa, sendo necessário, portanto, explicar o mesmo conteúdo em língua alemã, o que demanda tempo. Em artigo, Clara Sauer, professora em Lomba Grande, solicita que o ensino de história não seja apenas em língua portuguesa, pois os alunos apenas repetiam o conteúdo sem entendê-lo. Devia haver, segundo ela, explicações em língua alemã, e sugere o livro *Deutsches Lesebuch* como material didático suficiente, caso apresentasse mais conteúdo sobre a história brasileira (Sauer, 1924:3-4).

Ainda em 1922, são comemoradas as publicações de material didático em língua alemã: “A partir da idéia de que o aluno deve entender tudo o que lê, Dr. Teixeira editou uma cartilha para os alunos que não falam o português como língua materna, em que todas as frases acompanham a tradução para o alemão” (Händler, 1922:4). Händler também comemora a 5ª edição da *Vollständige Grammatik der portugiesischen Sprache* de Dr. W. Rotermund, muito usada em “nossas escolas”, conforme palavras dele. Trata-se também de uma obra que aborda a estrutura da língua portuguesa, porém em língua alemã.

Schreiber escreve sobre o perigo de a língua portuguesa tornar-se a língua corrente entre os descendentes de alemães. Reforçava, então, a unidade das escolas “teuto-brasileiras” em torno da questão. Era necessário, segundo ele,

decidir qual das duas línguas deveria ser a língua materna. Seu argumento a favor de a língua alemã prevalecer como idioma materno estava baseado na vontade daquela população, pois:

Nós teuto-brasileiros, ao insistirmos em preservar o idioma alemão entre nós, prestamos um serviço inestimável ao Brasil, e cada brasileiro terá orgulho de ter-nos entre suas fileiras, pois verá em nós uma pessoa igual a si, alguém que compreendeu, assim como ele próprio, a importância de valorizar a maneira de ser e os costumes dos pais, a fidelidade maior que uma pessoa pode prestar a si mesma, e à qual, uma vez testada, sua alma permanecerá fiel, cumprindo fielmente seu dever à pátria e trabalhando para sua honra. (Schreiber, 1926:3)

No início da década de 1930, encontramos reações de professores que solicitam mais cursos para os professores coloniais (*Kolonielehrer*), para que pudessem aperfeiçoar especialmente seus conhecimentos de língua portuguesa, mas também os de língua alemã

[...] para que, em sua profissão, ele possa colocar-se plenamente em pé de igualdade ao lado de seu colega brasileiro e para que, através do cumprimento do dever fiel e consciente, possa contribuir para erguer o prestígio dos professores e, principalmente, dos *Kolonielehrer* e do nosso *Deutschtum*. (Hoffmann, 1931:5)

Como resposta, afirma-se que o professor deveria conhecer primeiramente a metodologia e, em segundo lugar, a língua portuguesa. Concorda-se que todo professor deveria dominar a língua de seu país, mas se sugere aprendê-la em casa, pois não seria viável organizar um curso específico. Otto Albrecht recomenda, para solucionar a precariedade de conhecimento da língua nacional, encontros mensais entre os professores, com palestras e discussão em língua portuguesa sobre história e geografia do Brasil e a língua do país:

Figuram em primeira linha aquelas áreas de conhecimento a serem abordadas no ensino nacional: História do Brasil, Geografia do Brasil, Língua do País. Após cada palestra, segue uma discussão. Cada palestra deve ser apresentada por escrito e pode, eventualmente, ser lida pelo palestrante. Idioma: Português. (Albrecht, 1931:8-9)

Apesar de alguns posicionamentos no sentido de incentivar o ensino da língua portuguesa, predomina a idéia da necessidade primeira de aprendizagem

da língua alemã. Enfatiza-se o duplo valor que tem para o país ter cidadãos que conheçam duas línguas, pois “quem aprende dois idiomas é uma pessoa duplamente valiosa, duas vezes mais valiosa para quem? Para a pátria!” (Kramer, 1931:8). O argumento está centrado na questão de que continuar aprendendo e ensinando a língua alemã apenas poderia ser vantajoso para o país, não afetando sua condição de cidadãos brasileiros. Kramer segue, enfatizando a necessidade de os filhos de imigrantes e descendentes aprenderem ambas as línguas. Admite-se, porém, o ensino da língua portuguesa apenas para finalidades práticas, na sua condição de cidadãos brasileiros:

[...] As crianças que vocês confiam a esta escola são criadas em dois idiomas. Não ensinamos apenas alemão, mas, desde o início, as crianças também aprendem o idioma das autoridades, do comércio e dos negócios, a língua da terra — a bela, sonora língua portuguesa. (Kramer, 1931:8)

Destaca-se, pois, a língua portuguesa apenas como necessidade prática do aluno das escolas evangélicas. Ele deveria conhecer seu país e sua língua, pois dessa forma poderia ocupar futuramente um lugar na vida econômica e social como soldado, eleitor, funcionário público.

Na década de 1930, autores e editores insistem na continuidade dessa condição, argumentando que a língua alemã como língua estrangeira facilmente seria perdida entre a população de origem alemã. Valem-se do argumento de que a língua alemã é idioma materno entre a população imigrante e descendente de alemães no Brasil:

Como língua estrangeira, grande parte da população de origem alemã perderia o alemão. Temos o dever, como descendentes de alemães, de continuar trabalhando para o progresso de nossa pátria, com as qualidades de nossa maneira de ser alemã, como até aqui vem ocorrendo, com aquelas mesmas qualidades que serviram de recomendação ao chamamento de nossos antepassados para esta terra e que somente permanecem vivas em nós por meio do idioma”. (Schreiber, 1934:5-6)

Se alguns indivíduos dominassem a língua alemã, isso não seria suficiente, alega-se, pois seria como uma pequena onda no mar. Era necessário que uma massa (*Völksmasse*) a conhecesse. Além disso, era preciso conhecer a língua para manter o vínculo direto com a Alemanha e com o *Völkstum*, mediante uma característica essencial: a alma alemã, a serviço de si própria e do país em que viviam:

Só nos resta a possibilidade de dependermos de nós mesmos, de confiar em nossa capacidade de ação, pois todas as características do modo de ser alemão, responsáveis pelo prestígio do povo alemão no mundo, e que também foram fundamentais para seu chamado para esta terra, ainda estão vivas entre nós, pelo menos entre aqueles que passaram pelo nosso sistema escolar, e até hoje isso significa quase todos, para que possamos defender firmemente a característica própria do nosso *Volkstum*, o sentimento pelo qual prestamos o mais alto dever à nossa pátria e acima de tudo também a nós mesmos. (Schreiber, 1934:5-6)

Em seu discurso em favor da língua alemã, o autor salienta que esta não poderia ceder espaço ao ensino da língua portuguesa, pois a medida prejudicaria a qualidade de ensino daquela (Schreiber, 1934:5-6). Para alcançar seus objetivos, a escola possivelmente não estava tendo espaço suficiente para o ensino da língua alemã, o que faz com que os articulistas novamente aleguem ser essa também uma responsabilidade e dever dos pais:

Entre os deveres dos pais perante as crianças está também a educação para a comunidade alemã, pois esta já inicia na casa dos pais. Mais tarde, na escola, agregase a esse trabalho a educação para a cidadania. Herdamos de nossos antepassados um bem sagrado da comunidade étnica (*Volksgemeinschaft*), a língua materna, mas a amarga realidade é que, em termos de manutenção e zelo com a língua materna, muito pecamos. (Schulz: 1935:7-8)

Já em artigo de 1934, considera-se que a língua portuguesa não é nem língua estrangeira, nem língua materna (*Die portugiesische Sprache ist nicht Fremdsprache, ist nicht Muttersprache...*). Significa, conforme o autor do artigo, “a primeira condição para nossa prosperidade aqui, a primeira condição para o sucesso de nossas lutas” (Schreiber, 1934:5). Mas nem por isso deveria ocupar o lugar da língua alemã na escola, afirma-se nesse mesmo artigo, não-assinado.

O único artigo em que podemos encontrar um posicionamento enfático com relação ao ensino da língua portuguesa é o de Willy Fuchs<sup>11</sup>. Segundo ele, é importante, sim, o ensino da língua portuguesa. Relata, inclusive, em dois artigos, como organizou e qual foi a programação de duas “Noites Brasileiras” (*Brasilianische Abende*), como as designou, apresentadas em 1933 e 1934, na escola em que lecionava naquele período, no município de Candelária. As apresentações dos alunos eram feitas em língua portuguesa, pretendendo demonstrar que os alunos das escolas teuto-brasileiras também tinham condições

de realizar um “evento totalmente na santa língua da nossa pátria” (Fuchs, 1935 (9):11; (10):3-5). Fuchs enfatiza sua discordância com relação à prática, adotada por colegas, de traduzir textos de autores brasileiros para o alemão, utilizando-os então como material de leitura. Não admite também a aplicação de melodias alemãs às músicas brasileiras (Fuchs, 1935(10):3-5). No entanto, prevalece a idéia, já compartilhada pelos autores citados, de que conhecer a índole dos “irmãos luso-brasileiros” não representa, segundo ele, um perigo para o “nosso *Volkstum*”. Citando seu colega Schreiber<sup>12</sup>, afirma que, dessa forma, professores e alunos não apenas demonstrariam que conhecem a língua do país, mas também honrariam “os primeiros colonizadores do Rio Grande do Sul”, obtendo assim compreensão para suas ações junto aos luso-brasileiros, de quem não tinham nada a esconder (Fuchs, 1935(10):4). Afirma ainda que o poder público tinha o direito e o dever de verificar o que estava sendo realizado pelos cidadãos descendentes de alemães, o que seria viável mediante o uso da língua portuguesa (Fuchs, 1935(9):11).

Os posicionamentos são, por vezes, quase contraditórios: o próprio Schreiber, citado por Fuchs, escreve sobre a necessidade de domínio, por parte do professor, do conhecimento pleno da língua alemã, com o objetivo, segundo ele, de alimentar o sentimento de piedade/devoção e manter acesa a lembrança dos antepassados (Schreiber, 1936:13). Schreiber defende, em um texto publicado em 1934, o ensino da língua alemã nas escolas, pois, segundo ele, ela é necessária para os “teuto-brasileiros”, que, conforme ele, “são brasileiros, que querem manter a língua alemã como língua-mãe para ser fiéis à sua origem. Como brasileiros, precisam aprender a língua portuguesa, que é a língua de sua pátria” (Schreiber, 1934:1). Os textos desse professor caracterizam-se predominantemente pela argumentação em favor do uso corrente da língua alemã nas escolas comunitárias evangélicas. Os acontecimentos e a postura do governo brasileiro na década de 1930, porém, acirram essa discussão, e Schreiber passa a justificar a necessidade da língua alemã, aceitando a língua portuguesa como essencial. Ele reivindica o uso da língua alemã, argumentando que os descendentes dos imigrantes já a usam há mais de um século no país, sem que houvesse questionamento anterior. Em dezembro de 1935, Schreiber lamenta que o Estado brasileiro esteja desconsiderando a escola que denomina “teuto-brasileira”, que, segundo ele, está cumprindo com seu papel de inserção na sociedade brasileira, ensinando em língua portuguesa. Em 1936, busca argumentos para salientar a importância da Associação de Professores e do Sínodo Rio-grandense como entidades atuantes em prol da cidadania brasileira,

por terem fundado o *Lehrerseminar* (Seminário para a Formação de Professores), o qual “teve um significado decisivo para as nossas escolas teuto-brasileiras e uma ação patriótica do maior valor civilizatório, pois munuiu as escolas, pouco a pouco, com professores preparados para levar a língua nacional até o último canto da colônia” (Schreiber, 1936:11-13).

Um argumento central consiste na afirmação da língua alemã como língua materna (*Muttersprache*) das crianças descendentes de imigrantes alemães. Preservá-la, aprendê-la era considerado essencial para o “bem do nosso país” (*Wohl unseres Vaterlandes*). Esse argumento serve, por sua vez, para justificar a necessidade de se ter “escola para nós alemães-brasileiros” (*Schule für uns Deutschbrasilianer*). E enviar as crianças a essas escolas é tido como obrigação de todos os teuto-brasileiros (*Deutschbrasilianer*) “que sabem o que devem aos nossos antepassados, à Heimat, à pátria e a seus filhos como educadores [...]” (Schreiber, 1936:2).

Outro argumento a favor da língua alemã, mais intensamente acionado nessa década de 1930, é o fato de a língua permitir o vínculo com a cultura alemã e o conhecimento dos heróis nacionais alemães. Consideram o ensino da língua alemã um dever para qualquer “alemão-brasileiro”, pois a língua que a mãe fala é a única a tocar o coração da criança e, unicamente, por meio dela, podem ser transmitidos os valores. O idioma materno (*Muttersprache*), além disso, seria o elo mais forte com o *Volkstum*, um aspecto que implica uma questão de gênero, conforme apontam Meyer e Grützmann. No ideário germanista, conforme explica Meyer, a Alemanha representava a mãe (*Mutterland*), “a que nutria e cria, produzindo e reproduzindo o seu alimento cultural”, ao passo que o Brasil era o pai (*Vaterland*), “quem conferia a cidadania ao sujeito, ou seja, concedia-lhe o registro em que o reconhecimento da paternidade oficializava sua condição de ‘filho legítimo do país’” (Meyer, 2000:88). A língua alemã, portanto, era a “língua da mãe”, que transmitia/construía os valores culturais e a crença religiosa, modulava os sentimentos mais íntimos e os afetos familiares” (*idem*:88). Os descendentes de alemães têm um dever em relação aos seus antepassados, ou seja, têm uma herança, frente à qual cada alemão-brasileiro tem o dever de preservá-la e repassá-la, é novamente lembrado ao leitor. Vejamos a seguir trechos de uma palestra, pelo visto realizada em língua portuguesa, pois também está escrita nessa língua:

[...] O cidadão brasileiro de origem alemã considera não só como direito, mas também como dever, ensinar aos filhos a língua materna. Pois quem quer educar,

isto é, despertar nas crianças as virtudes humanas, deve tocar no coração; e para isto é preciso falar a língua em que lhes fala a própria mãe.

[...]

A língua alemã é que nos permite desfrutar os bens espirituais de uma velha cultura e animar-nos pelo exemplo dos heróis de uma grande nação, da qual somos descendentes. Tendo os imigrantes alemães tanto contribuído para o desenvolvimento do nosso querido Rio Grande do Sul, queremos conservar em nossos filhos as virtudes que a eles asseguravam o êxito nessa árdua tarefa. (Köbler, 1936:13)

No mesmo texto ainda aparece a argumentação de que a manutenção da língua ancestral é ação “patriótica”. Quem conhece duas línguas pode melhor servir sua pátria, é melhor cidadão brasileiro:

Ninguém deve ignorar a necessidade de ensinar aos filhos a língua vernacula. Mas para cultivar a língua dos antepassados, também tem razões que são razões patrióticas. É notório que um homem que fala duas ou mais línguas, pode servir a sua pátria melhor do que outro. Eu me sinto feliz por saber que, neste ponto, estou em conformidade com nosso distinto prefeito municipal.

[...]

Queremos educar os nossos filhos para serem patriotas leais brasileiros, conscientes e orgulhosos de sua descendência.

Deste modo, trazendo para o Brasil a (sic) proveito da cultura alemã, e as boas qualidades da raça germânica, serão eles destinados a ficarem os intérpretes da amizade entre as duas nações, a brasileira e alemã. (Köbler, 1936:13)

Também em 1937, continua-se salientando a necessidade do ensino da língua alemã como fundamental, pois se trata de um “bem herdado” (Bk. (Wiebke?), 1937:7-8). Nesse ano, a língua é citada enfaticamente nos textos teóricos sobre *Volkstum e Volksgemeinschaft*, como um componente da germanidade, ao qual precisam ser fiéis, além do *Volkstum*, *Sitten* (costumes) e sangue alemães (Andrä, 1937:3).

Em artigo de 1938, momento em que os redatores passam a publicar artigos em que defendem as escolas “teuto-brasileiras” no sentido de estarem cumprindo com sua obrigação, no que se refere à formação de “bons cidadãos brasileiros”, demonstram, a partir de um levantamento estatístico, que efetivamente ensinavam a língua portuguesa, com uma média de 40%, variando de 28% a 43% da carga horária semanal, dependendo do tipo de escola. As escolas que

compõem a estatística somam 298 escolas “teuto-brasileiras evangélicas”, das quais 259 rurais, 35 escolas complementares (*gehobene Schulen*), quatro secundárias. São informadas respectivamente 43,3% da carga horária em língua portuguesa nas escolas rurais, 36,18% nas “gehobene Schulen”, 28,84% nas secundárias. O articulista informa também que 96,6% dos alunos das escolas rurais consideravam o “alemão” seu idioma materno (*Muttersprache*), 85,85% das escolas complementares (*gehobene Schulen*) e 92,27% das secundárias (Rother, 1938).

Perpassa, portanto, os artigos do ALZ a dupla função da língua alemã: manter a germanidade, mantendo vínculo com o país de origem, e fazer dessa população descendente de alemães bons ou melhores cidadãos brasileiros.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Também Grützmann vem operando com esse conceito em seus estudos (Grützmann, 2002).

<sup>2</sup> Lembramos novamente Stuart Hall: “A identidade é um lugar que se assume, a partir de determinada posição e contexto, e não uma essência ou uma substância a ser examinada” (Hall, 2002) e Poutignat e Streiff-Fenart, para quem a etnicidade “não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou grupos, mas como uma forma de organização ou como um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e situações (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998:124-5).

<sup>3</sup> Os principais almanaques relacionados a essa vertente são *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Almanaque para os Alemães no Brasil) (1881-1918; 1920-1941) e *Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden in Brasilien* (Almanaque para as Comunidades Evangélicas Alemãs no Brasil) (1922-1941). (Grützmann, 2004:48-90).

<sup>4</sup> Cf. Lesser, a “raça” brasileira a partir da mistura de povos “foi muitas vezes entendida como uma união (e não uma mistura) de diferentes identidades, como a criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados, e não um grupo étnico e uniforme” (2001:22).

<sup>5</sup> Cf. Grützmann (2003:145) aforismos são utilizados no ideário germanista, porque “citações e palavras de ordem, principalmente de autores alemães, possuem funções delimitadora e disciplinadora dos valores a serem constantemente lembrados e praticados, assumindo o papel de guia de boa conduta”.

<sup>6</sup> A inserção de aforismos, bem como citações, consiste segundo Grützmann, em uma estratégia utilizada para favorecer a releitura e fácil memorização, pois normalmente são colocados na primeira página do periódico (Grützmann, 2001:105; 2003:115-69).

<sup>7</sup> A análise da canção como instrumento de cultivo e fomento da germanidade é tema da tese de Grützmann (1999).

<sup>8</sup> Lembramos que, a partir de 1934, ano em que o 25 de julho foi decretado feriado estadual, como Dia do Colono, o leitor é lembrado em quase todos os números do ALZ, sobre a importância desse dia para a manifestação da germanidade, especialmente quando se aproxima do mês de julho. A expressão de lembrança ou quase ordem “*Denkt an den 25. Juli!*” aparece de forma destacada nas páginas do ALZ daqueles anos. Veja-se mais detalhes sobre as comemorações do 25 de julho em Weber (2004).

<sup>9</sup> A autora salienta que “formar a população germânica para a conservação de sua essência constitui não apenas uma tentativa de coesão interna, mas, acima de tudo, uma condição de sobrevivência do grupo étnico” (Grützmann, 1999:101).

<sup>10</sup> Segundo Grützmann (1999:110), *Volksgemeinschaft*/comunidade étnica significa uma comunidade nacional imaginária “composta pela reunião de todos os descendentes de alemães espalhados pelo mundo”.

<sup>11</sup> Nasceu em 1911, estudou no Seminário para Formação de Professores, atuou em Candelária e em São Leopoldo, executando o cargo de secretário da diretoria da Associação de Professores a partir de 1935. Reside há vários anos em São Leopoldo.

<sup>12</sup> Formado no *Evangelisches Lehrerseminar* (Seminário Evangélico de Formação de Professores), em Santa Cruz do Sul, a partir de 1915, lecionou em escola particular de Cachoeira do Sul. Em 1935, assumiu a presidência da Associação de Professores Evangélicos Alemães no RS, permanecendo no cargo até 1938 e alternando as funções de presidente e vice-presidente da entidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, Isabel Cristina. *Representações de germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul (Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul)*. Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo/RS, 2005.
- Cem anos de germanidade – 1824-1924. Trad. por Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.
- Chartier, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990. (Coleção Memória e Sociedade)
- Dickie, Maria Amélia Schmidt. Afetos e circunstâncias; um estudo sobre os Mucker e seu tempo. USP: 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996, 520 p.
- Dreher, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- Emmerich, Wolfgang. *Zur Kritik der Volkstumsideologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1971.
- Gans, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX; 1850-1889*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Anpuh/RS, 2004.
- Gertz, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- . *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- Greverus, Ina-Maria. Ethnizität und Identitätsmanagement. *Schweizerische Zeitschrift für Soziologie*, n.7, 1981, pp.223-32.
- Grützmann, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, PUCRS, 1999. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do RGS, 1999.
- . Do que tu herdaste dos teus antepassados, deves apropriar-te, a fim de desfrutá-lo: o germanismo e suas especificidades. Relatório de pesquisa apresentado à Fapergs. Porto Alegre, maio de 2001.
- . Imagens em resistência: a nacionalização e a germanidade. In: *Anais do VI Encontro Estadual de História – Anpuh-RS*, 2002. CD-ROM.
- . O carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo. *História Unisinos*, Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo, v.7, n. 8, 2003a, pp. 115-69.

- . Em todo amor ao Brasil, manter a fidelidade ao modo de ser alemão: as canções em língua alemã e a construção de identidades. In: *Anais do Simpósio Nacional da Anpub*, João Pessoa, julho de 2003b.
- Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Trad. por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: D&A, 2002.
- Herder, Johann Gottfried. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*; Textausgabe. Wiesbaden: R. Löwit.
- Jacobs, M. Die Entwicklung des deutschen Nationalgedankens von der Reformation bis zum deutschen Idealismus. In: Zilleßen, H. (Hg.) *Volk – Nation – Vaterland*; der deutsche Protestantismus und der Nationalismus. 2.ed. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1970, pp.106-7.
- Kreutz, Lúcio. *O professor paroquial; magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: Educs, 1991.
- Lesser, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional; imigrantes, minoria e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Edit. Unesp, 2001.
- Luca, Tania de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- Magalhães, Marionilde Dias Brepohl. *Alemanha mãe-pátria distante*. Campinas: Unicamp, 1993. (Tese de Doutorado).
- Meyer, Dagmar Elisabeth Estermann. *Identidades traduzidas; cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul*. UFRGS: 1999. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação, UFRGS, 1999 (publicada em 2000, São Leopoldo: Ed. Sinodal)
- Mosse, Georg. *Ein Volk, ein Reich, ein Führer; die völkischen Ursprünge des Nationalsozialismus*. Königstein/Ts.: Athenäum, 1979.
- Paiva, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. 1984. Dissertation (Doktors der Philosophie), Universität Hamburg.
- Poutignat, Philippe & Streiff-Fenart, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p.124-5.
- Seyferth, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- . *A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira*. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, n. 36-37, 20 de out. de 1982b, pp. 94-5.
- Tilgner, Wolfgang. *Völkernomostheologie und Schöpfungsglaube; ein Beitrag zur Geschichte des Kirchenkampfes*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1966.
- Weber, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul; o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.
- Willems, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil; estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Nacional, 1940.

#### Fontes primárias

- Albrecht, Otto. In: ALZ, Porto Alegre, v.28, n.7, p. 8-9, julho 1931.
- An alle Leser!* In: ALZ, Porto Alegre, v.32, n.12, p. 4-6, ago. 1935.
- Andrä, Helmut. Zum kommenden 25. Juli. In: ALZ, n. 4-5, p. 1-3, jun. 1937.
- Antonius, J. Was soll das deutsche Lesebuch in der Volksschule leisten? In: ALZ, v. 7, n. 9, p. 1-2, set. 1908.
- Beidler, Dr. Franz W. *Die Wagnerstadt Bayreuth*. In: ALZ, v. 30, n. 5, p. 3-4, maio 1933.

- BK. (Wiebke?) Wie versuche ich die eingewurzelten Sprachfehler zu bekämpfen? *In: ALZ*, n. 1-2, p. 7-8, mar/abr. 1937.
- Der Verwaltungsbericht Des Vorstandes des Vereins Deutsche Schule S. Paulo. *In: ALZ*, v.15, n.4, p. 3, abr. 1916.
- Dick, Theobald. Versinkendes Volkstum. *In: ALZ*, Porto Alegre, v.33, n.5, p.3-4, maio 1936.
- Dick, Theobaldo. Der 25. Juli — Seine Bedeutung für uns Deutschbrasilianer. *In: ALZ*, v.30, n.4, p. 1-2, abr. 1933.
- Die Aufgaben des deutschen Sprachunterrichts. *In: ALZ*, v. 13, n. 4, p. 1-3, abr. 1914.
- Dohms, H. Neuer Zusammenklang. *In: ALZ*, v.30, n.10, P. 3, out. 1933.
- Dr. H—r. (Holder). Zukunftsfragen des deutsch-brasilianischen Schulwesens. *In: ALZ*, v.31, n.2, p. 6, fev. 1934.
- E. Ertl. Volkstum, Volk, Vaterland. *ALZ*, v.13, n.5, p. 1, maio 1914.
- Falke. Untersuchung über die Gründe der Abkehr der deutschstämmigen Jugend der Serra vom eigenen Volkstum. *In: ALZ*, Porto Alegre, v.33, n.7, p.4-5, jul.1936.
- Fausel, Dr. Volkskunde des Deutschbrasilianertums. *In: ALZ*, v.32, n.1, p. 1, jan. 1935.
- Fouquet, Karl. Der 5. Schultag in Porto Alegre. *In: ALZ*, v. 28, n. 3-4, p. 2-7, mar.-abr. 1931.
- Frobenius, Else. Der deutsche Tag. *In: ALZ*, v. 20, n.8, p.1, ago. 1923.
- Fuchs, Willy. Der brasilianische Abend, eine Veranstaltung unserer deutschbras. Schule. *In: ALZ*, n.9, p. 11, set. 1935.
- . Der brasilianische Abend, eine Veranstaltung unserer deutschbras. Schule. *In: ALZ*, n.10, p. 3-5, out. 1935.
- Gedanken Nach Einem Dichtervortrag (at). *In: ALZ*, n.1-2, p.8-9, mar/abr. 1937.
- Händler, Karl. Jahresbericht der Generalversammlung des Deutschen Evangelischen Lehrervereins in Porto Alegre, den 5. Januar 1922, erstattet vom Vorsitzenden (Schluß). *In: ALZ*, v.19, n.2, p. 4, fev. 1922.
- Hoffmann, Max. Ferienkurse für Kolonielehrer. *In: ALZ*, v.28, n.1-2, p. 5, jan.-fev. 1931.
- H—r. (Holder). Zukunftsfragen des deutsch-brasilianischen Schulwesens. *In: ALZ*, v.31, n.2, p. 6, fev. 1934.
- Hutten, Ullrich v. Wahlspruch. *In: ALZ*, v.15, n.4, p. 1, abr. 1916.
- Joinville. *In: ALZ*, v.15, n.9, p. 2, jun. 1916.
- Köbler, Karl. Ansprache, gehalten bei einem Fest zum Besten der deutsch-brasilianischen Schule in Aguas Frias, Munizip Irahy. *In: ALZ*, v.33, n.6, p. 13, jun. 1936.
- Kramer. Die Ziele des deutschbrasilianischen Schulwesens; Rede gehalten anlässlich der Einweihung der deutschen Vereinschule Ijuhy. *In: ALZ*, v.28, n.10, p. 8, out. 1931.
- Lagarde, Paul de. Wahlspruch. *In: ALZ*, v.15, n.6, Juni, 1916, p.1.
- Matthias, Theodor. Eine Mahnung an die deutsche Jugend. *In: ALZ*, v. 6, n. 3, set. 1906.
- Nötzel, Karl. Du bist Deutscher! *In: ALZ*, v.14, n.2, fev. 1915, p.6.
- Rothacker, Eugen. Zum fünfzigsten Todestag Richard Wagners. *In: ALZ*, v. 30, n. 5, maio 1933, p.1-3
- Rother. Laßt Zahlen sprechen! *ALZ*, n.5-6, 1938.
- Sauer, Clara. Zum brasilianischen Geschichtsunterricht in unseren Schulen. *In: ALZ*, Santa Cruz, v.21, n.1, pp. 3-4, jan. 1924.
- Schreiber, Gustav. Deutschbrasilianer. *In: ALZ*, n.12, p.1, dez. 1934.
- . Grundlinien der Entwicklung der evangelischen deutschbrasilianischen Schulinstitute. *In: ALZ*, n.2, p.11-13, fev. 1936.
- . Volksgemeinschaft. *In: ALZ*, n.4-5, p.3-4, jun. 1937.
- . Wie ist der portugiesische Unterricht in den Kolonieschulen fruchtbar zu gestalten? *In: ALZ*, v.23, n.3, p. 3, mar. 1926.
- Schreiber. Portugiesisch in der deutsch-brasilianischen Schule. *In: ALZ*, v.31, n.4, p. 5-6, abr. 1934.

- Schulz, E. Elternhaus und Schule. *In*: ALZ, Porto Alegre, v.32, n.4, p. 7-8, abril 1935.
- Strothmann, Fr. *In*: ALZ, n.1, p. 1, jan. 1920.
- Verschiedenes. *In*: ALZ, v.14, n.3, p. 6, mar. 1915.
- Wahlspruch. *In*: ALZ, v.15, n.5, p. 1, maio 1916.
- Wilhelm II. Ereignisse und Gestalten S. 154. *In*: ALZ, Santa Cruz, n.2, p.1, fev. 1923.
- Zehn Gebote für den Deutschamerikaner. *In*: ALZ, v.33, n.8, p.11, ago. 1936.